

VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: CASOS ATENDIDOS NO NACA-RIO NOS ANOS DE 2009 E 2010

Aluna: Ana Carolina de Oliveira

Orientador: Antonio Carlos de Oliveira

Introdução

A violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes consiste em tema de estudo relativamente recente no contexto histórico brasileiro, ao mesmo tempo em que tem sido crescentemente objeto de discussão midiática e de proposição de iniciativas de intervenção. Diante disto achamos pertinente aprofundar o conhecimento acerca da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes, em uma perspectiva que adote o grupo familiar como totalidade, considerando todos os seus integrantes como titulares de direitos humanos. Desta forma, proceder à análise dos casos atendidos pelo Programa Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, no âmbito do Núcleo de Atendimento à Criança e ao Adolescente (NACA)-Rio, pode em muito contribuir para a compreensão acerca da complexidade da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes, produzindo ainda subsídios para formulação, gestão e avaliação de políticas públicas.

O relato aqui apresentado tem o intuito de apresentar e discutir as atividades realizadas durante o período de agosto de 2012 a junho de 2013, na pesquisa em epígrafe, vinculada à linha de pesquisa Violência, Direitos, Serviço Social e Políticas Intersetoriais, do Programa de Pós-Graduação do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Objetivos

A pesquisa tem como objetivo geral: analisar, através de fontes documentais, os casos de violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes atendidos no NACA-Rio nos anos de 2009 e 2010. Os objetivos específicos consistem em: estabelecer o perfil quantiquantitativo dos casos atendidos; e analisar o discurso da equipe técnica interdisciplinar acerca da dinâmica das famílias envolvidas.

Metodologia

A primeira etapa da pesquisa consistiu em um processo de revisão bibliográfica, com ênfase em trabalhos que abordavam perfil e prevalência de casos de violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes.

A pesquisa de campo teve como principal fonte de dados as pastas dos casos atendidos no NACA-Rio nos anos de 2009 e 2010 – em um total de 404 (quatrocentos e quatro) casos –, visando apreender seu perfil, definido a partir de: incidência dos tipos de violência; prevalência de violência intra e extrafamiliar; prevalência de faixas etárias das alegadas vítimas; prevalência de sexo das alegadas vítimas; prevalência de alegadas(os) autoras(es) das violências, em termos de sexo por tipo de violência e vínculo com alegada vítima; e origem da demanda.

Atividades Desenvolvidas na pesquisa

Inicialmente, durante o período de agosto de 2012 até o presente momento, desenvolvi e participei das seguintes atividades:

1. Reuniões semanais de estudo e supervisão;
2. Levantamentos e análises bibliográficas em base de dados, periódicos científicos, dissertações e teses;
3. Leitura e discussão de textos com o meu orientador, para a melhor compreensão do tema, como: violência intrafamiliar contra a criança e o adolescente, violência de gênero, definições de violência doméstica e intrafamiliar, definições de família;
4. Seminários, palestras e jornadas em universidades, como: (a) X Jornada sobre Violência contra crianças e Adolescentes, realizado pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ); (b) Exploração Infantil: Modalidades e Repercussões na Infância e na Juventude, organizado pela Escola de Magistratura do tribunal de Justiça do Estado de Rio de Janeiro (EMERJ); (c) Corpos, Sexualidades e Feminilidades, realizado pela UERJ; (d) III Jornada de Estudos de Gênero, também organizado pela UERJ; (e) Pedofilia e Prostituição Infantil, com organização da EMERJ. Os principais assuntos abordados foram: história do trabalho infantil no Brasil; problemas sociais que influenciam o trabalho infantil; papel da família e da educação familiar, que vem mostrando uma reestruturação dos modelos de educação; tipos de violência contra crianças e adolescentes e suas características; abandono familiar; importância de a criança estar no centro da proteção e não no centro da avaliação e de a criança e o adolescente serem acompanhados por uma equipe multidisciplinar; tipos de vitimização; processo de adoção; alienação parental; exploração infantil; pedofilia; violência intrafamiliar e extrafamiliar. Foi de extrema importância participar dos seminários, pois eu pude analisar os múltiplos conceitos e aplicar na pesquisa e em meu processo de iniciação científica;
5. Participação do grupo de pesquisa do CNPq “Famílias, Violência e Políticas Públicas”, coordenado pelo meu orientador de iniciação científica.

Durante todo este período, sobretudo em função da pesquisa bibliográfica, foram surgindo algumas inquietações sobre o tema, as quais busquei traduzir em perguntas que foram discutidas com meu orientador para a melhor compreensão acerca de conceitos e procedimentos científicos. Tem sido um grande aprendizado participar deste processo, pois o ensaio bibliográfico me possibilitou uma melhor compreensão sobre as questões de gênero e geração que perpassam a violência, a importância da família, a melhor definição sobre o conceito de violência contra crianças e adolescentes, e a preocupação em não judicializar as relações sociais e familiares, e sim problematizá-las para compreendê-las.

Devido a mudanças na coordenação do programa, a previsão de entrada no campo para levantamento de dados referentes ao perfil teve de ser modificada e adiada em 03 (três) meses. No entanto, este período foi muito produtivo, pois me proporcionou uma gama de conhecimentos e informações conceituais necessárias para o melhor andamento da pesquisa.

Desenvolvimento da pesquisa:

No segundo momento, organizamos nossa ida ao NACA-Rio para realizar a coleta dos dados relativos aos casos atendidos, em um total de 404 (quatrocentos e quatro). Fizemos a análise e sistematização destas informações para estabelecimento do perfil, em termos das variáveis a serem consideradas: tipos e prevalência das violências; faixa etária e sexo das vítimas; sexo e vínculo do autor com a vítima; semento do Sistema de Garantia de Direitos demandante. Após os primeiros contatos com o material disponível no campo para levantamento de dados de caráter mais quantitativo, fomos percebendo a necessidade de fazer adequações aos procedimentos inicialmente programados, devido às características dos registros dos casos tais como realizados e arquivados pela equipe do NACA-Rio, distintos ao longo do período de 02 (dois) anos abrangidos pela pesquisa. O enfrentamento de tal realidade no processo de produção de dados, com a busca de alternativas para lhes conferir qualidade e precisão, também constituiu importante aprendizado. Para tal, pudemos contar com a colaboração de profissionais do NACA-Rio, obtendo relatos acerca de como eram feitos os registros dos atendimentos realizados à época e como está a organização das pastas agora, ou seja, foi de fundamental importância a comunicação com a equipe como suporte para o desenvolvimento do trabalho.

Nesta interação, tivemos acesso à informação de que um profissional de psicologia da equipe e a diretora do NACA perceberam a necessidade de fazer uma planilha de todos os casos atendidos, tanto para dispor de um controle interno como também para efeitos de prestação de contas ao órgão estadual que financia o programa. Portanto, foi a partir do ano de 2010 que tal preocupação resultou na designação de um profissional específico para sistematizar todos os dados existentes; este constitui o principal motivo pelo qual os casos do período compreendido pela pesquisa não possuem total padronização em suas formas de registro, o que se inicia após esta primeira sistematização, já no ano de 2011.

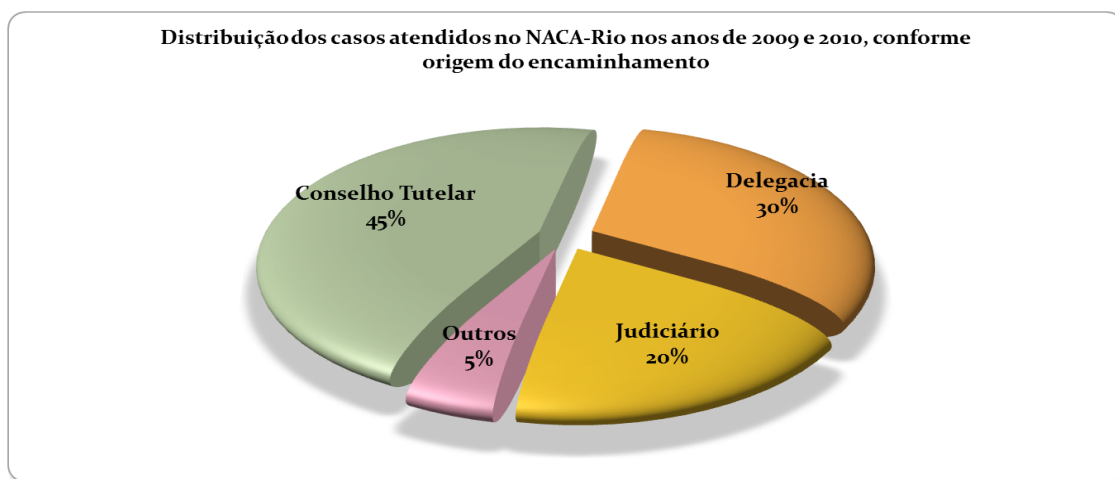
As mudanças ocorridas nos procedimentos de registro acompanharam alterações nos processos de trabalho do programa como um todo. Em 2009 eram atendidos 112 (cento e doze) casos e havia uma equipe de 02 (dois) psicólogos e 01 (uma) assistente social; em 2010, o número de casos chegou a 292 (duzentos e noventa e dois), resultando na ampliação da equipe que, no final daquele ano, passou a ser composta por 05 (cinco) duplas de assistentes sociais e psicólogos e 01 (um) advogado. Neste percurso, em 2011 houve alterações nos instrumentos de registro dos casos, com o objetivo de padronização das informações. Em 2012, com novo e expressivo aumento do número de casos, a atribuição de lançamento e controle de dados em planilha específica foi designada a uma profissional do quadro administrativo institucional, havendo a condição de só ocorrer o encerramento e arquivamento do caso após a dupla responsável pelo atendimento anexar a ficha de cadastro e a cópia do relatório.

Cabe ressaltar que durante toda a pesquisa de campo eu e meu orientador nos reunimos com o objetivo de orientação e avaliação das atividades desenvolvidas, como também planejamento das mesmas.

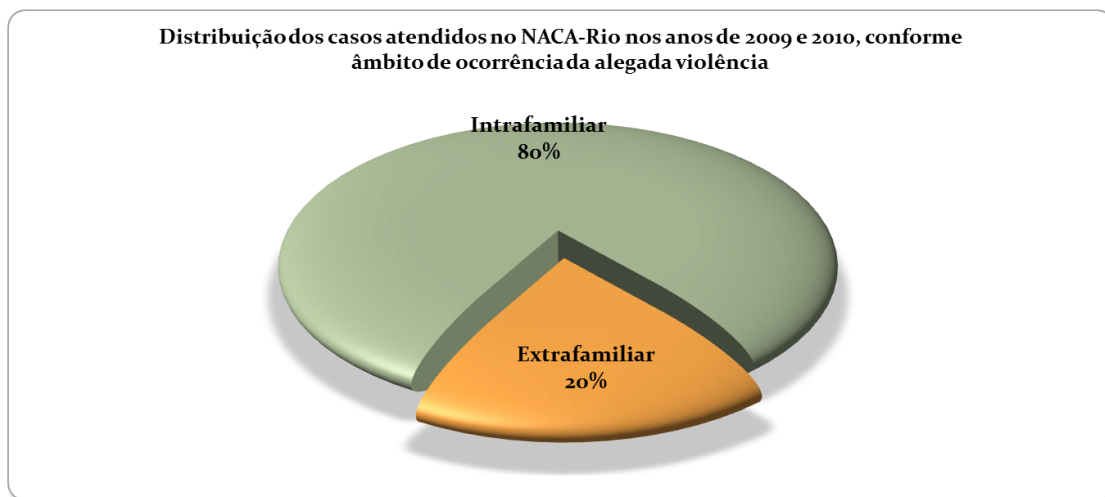
Resultados

No estágio atual de desenvolvimento da pesquisa, uma análise parcial dos dados quantitativos permite destacar o que segue.

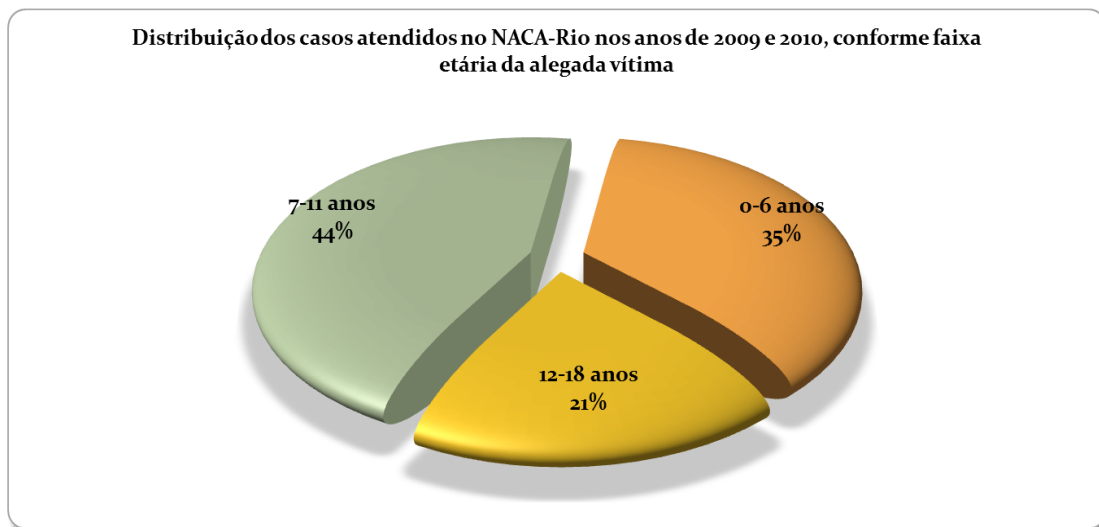
No período estudado, mais de 45% dos casos foram oriundos dos conselhos tutelares do município do Rio de Janeiro, seguidos das delegacias (30%) e do Poder judiciário (20%); os demais segmentos do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) responderam pelos restantes 5%.



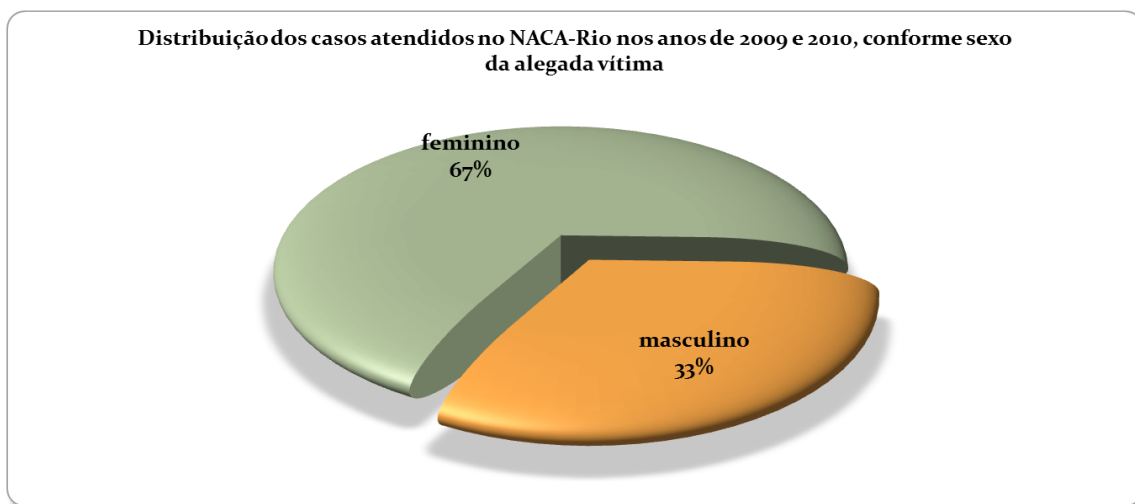
Quanto ao âmbito de sua ocorrência, a origem das violências alegadas é 80% intrafamiliar e 20% extrafamiliar.



A distribuição das alegadas vítimas por faixa etária se apresenta da seguinte forma: 35% são crianças de 0-6 anos; 44%, crianças entre 07 e 12 anos incompletos; e 21% conformados por adolescentes de 12 a 18 anos.

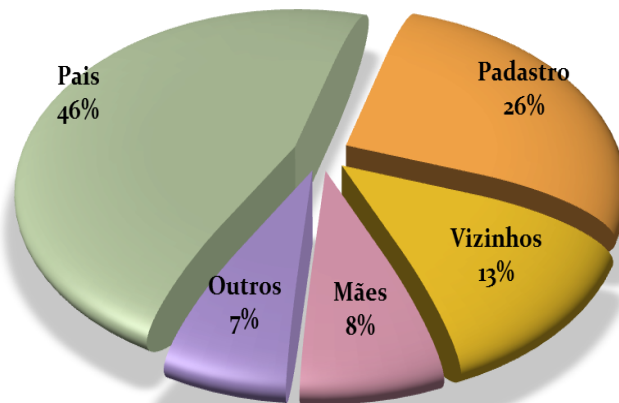


No que se refere ao sexo, 67% das vítimas são constituídos por meninas e 33% por meninos. Em relação a estes últimos dados, cabe ressaltar que a maioria (73%) dos casos atendidos é referente a alegações de abuso sexual, tipo de violência em relação ao qual a literatura especializada (OLIVEIRA, 2007; OMS, 2002) reporta haver mesmo alta prevalência de vítimas do sexo feminino.



Quanto ao tipo de vínculo entre alegado/a autor/a e alegada vítima, os dados indicam alta prevalência de autores/as conhecidos/as, os quais possuem acesso e oportunidade (OLIVEIRA, 2007) para perpetrar as violências, tal como se pode observar a partir da seguinte distribuição: pais (46%); padrastos (26%); vizinhos (13%); mães (8%); e outros (7%) – nesta última categoria, figuram pessoas desconhecidas pelas famílias e agentes institucionais, bem como também retrata a inexistência do registro de dados relativos ao/à alegado/a autor/a da violência.

Distribuição dos casos atendidos no NACA-Rio nos anos de 2009 e 2010, conforme vínculo entre alegado autor e alegada vítima



Considerações Finais:

Durante o processo da pesquisa passei por diversos desafios e aprendizados fundamentais que contribuíram significativamente para o meu crescimento acadêmico e profissional. O meu primeiro desafio como aluna bolsista de Iniciação Científica/PIBIC foi fazer a pesquisa bibliográfica, ler, compreender e saber lidar com minhas inquietações, mas posso dizer que a partir do ensaio bibliográfico eu me aproximei completamente do tema, dos autores e consegui entender melhor sobre o objetivo da pesquisa. Foram meses de encontros com o meu orientador debatendo sobre textos, entendendo conceitos, perguntando, questionando, refletindo, levando minhas dúvidas, recebendo resposta, ou seja, foi um trabalho em conjunto, onde recebi a orientação necessária durante o processo de aprendizado. Acredito que o mais interessante durante o processo de “aprendizado” foi quando participei dos seminários e consegui ter a melhor compreensão do que as pessoas estavam dizendo, ou seja, consegui colocar em prática o que eu estava lendo e aprendendo sobre o tema, mas também vale ressaltar que com a troca de informações trazemos mais questionamentos e dúvidas sobre o assunto. Mas isso não atrapalhou o meu aprendizado, só me ajudou a pesquisar e ter vontade de aprender mais sobre o tema e entender que é necessário o contato com as pessoas que trabalham com e estudam assunto do seu interesse.

Entre no campo mais madura, com outros conceitos e reflexões e tenho que agradecer ao meu estudo anterior, mas isso não impede de me deparar com outras dificuldades, ou seja, somente com a ida ao campo consegui entender melhor a metodologia da pesquisa, o que realmente estávamos pesquisando e qual era nossa função no campo e nossos objetivos. Os desafios encontrados no campo primeiramente foi o horário, os dias para nossa ida, pois nos preocupamos em não atrapalhar a rotina institucional e a dinâmica da equipe.

O próximo desafio foi organizar nossa dinâmica, como seria a nossa busca com relação à documentação. Encontramos diversos documentos diferentes em cada pasta e constatamos que, conforme a demanda de casos foi aumentando e a equipe se tornando mais experiente, a documentação também foi se mostrando mais completa. Ou seja, percebemos que a equipe teve a necessidade e a preocupação de ter uma organização maior com os documentos. Durante nossa ida ao campo percebi um crescimento da equipe técnica, a demanda da intuição crescendo fortemente e a necessidade de ter regras no trabalho, ou seja, também houve por parte dos profissionais o comprometimento de preencher os formulários e uma organização maior com as pastas. Houve um avanço e acredito em sua importância para o melhor andamento da instituição, da dinâmica dos profissionais e para a produção de dados que permitam avaliar o programa e subsidiar políticas públicas.

Em minha participação no grupo de pesquisa, tenho a oportunidade de interagir com profissionais de várias áreas e níveis de formação, já que há estudantes de graduação, mestrado e doutorado. Com este contato, avançamos na compreensão de metodologias de pesquisa e nos fortalecemos como pesquisadores, com a possibilidade elaborarmos e publicarmos artigos juntos.

Minha expectativa é de aprender e contribuir com a pesquisa e com o grupo de pesquisa, continuar com a linha de estudo e me aprimorar cada vez mais.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Lei Federal 8.069/90, de 13 de julho de 1990, dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, Brasília, Ministério da Justiça, 1995.

BRASIL. **Notificação de maus-tratos contra crianças e adolescentes pelos profissionais de saúde: um passo a mais na cidadania em saúde**, Ministério da Saúde, Secretaria de Assistência à Saúde, Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

OLIVEIRA, A. C. Atuação em redes em casos de violência contra crianças e adolescentes: desafios no reordenamento institucional. In: OLIVEIRA, A. C. e FERNANDES, N. C. B. B. (org.) **Violências contra Crianças e Adolescentes: redes de proteção e responsabilização**, Rio de Janeiro, NOVA Pesquisa, 2007, p. 53–71.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde**, Genebra, 2002.